

Exma. Direção do  
**SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos**  
Rua Newton, 5  
1170- 275 Lisboa

Assunto: Revisão salarial – 2016

Exmos. Senhores,

Acusamos a receção da V/ comunicação 662/2015, de 12.12., contendo a proposta de revisão salarial para 2016, que nos mereceu toda a atenção.

No período de 2011 a 2015, imediatamente seguinte à última revisão salarial geral acordada (2010), a empresa viu-se sujeita a um conjunto de constrangimentos e de proibições legais (LOE), que a impossibilitaram de proceder a qualquer ajustamento ou revisão das tabelas salariais, que compensasse as perdas de poder de compra que se foi registando

Contudo, importa ter presente e reconhecer que, mercê das diligências desenvolvidas pela Administração da empresa, foi conseguido que, durante o mesmo período (de aplicação da medidas impostas pela sucessivas LOE), não houvesse redução dos salários (salvo nos anos de 2011 e 2012, em que sofreram redução os subsídios de férias e de Natal) e se mantivessem as evoluções salariais nos termos previstos nos AE (ao longo do período, a quase totalidade dos trabalhadores terá tido, no mínimo, uma evolução profissional e salarial, que mais do que compensou o efeito do valor acumulado da inflação).

Não pode, agora, ser exigido à Empresa que assuma as perdas acumuladas, eventualmente demonstráveis. Os encargos daí decorrentes seriam seguramente inoportáveis pelos resultados que vêm sendo alcançados, por efeito de outros fatores adversos com que temos sido confrontados.

Nestas condições, impõe-se prioritariamente prosseguir o atingimento dos melhores resultados, assegurando a proteção dos postos de trabalho, o cumprimento das obrigações regulamentarmente assumidas (nomeadamente em matéria de condições de trabalho) e a superação das adversidades que nos atingem.

Não obstante esses constrangimentos, a Empresa está disponível para, por um lado, prosseguir o processo já iniciado de reposição, para o futuro e de forma faseada, as anuidades não vencidas no período de 2011 a 2015 (dada a proibição a que a empresa esteve sujeita de atribuição de novas anuidades durante esse período) e, por outro lado, alternativamente:

- a) Ou atualizar as tabelas salariais pela taxa de inflação registada em 2015 (0,5%);

- b) Ou a compensar os montantes perdidos por efeito do faseamento da reposição das anuidades, em curso; esta compensação, para além de só poder visar as perdas futuras (por razões jurídicas e, sobretudo, de incomportabilidade de encargos), só pode ser encarada e aceite através de processo também faseado no tempo.

Assim, propõe-se, a título de revisão salarial para 2016:

1. Prosseguimento do processo já iniciado de atribuição nos anos futuros (em Janeiro de cada ano), de uma nova anuidade (para além da que se vencerá normalmente, nos termos do previsto no AE), que se consolidará como as restantes, até que estejam recuperadas todas as anuidades não vencidas no período de 2011 a 2015;
2. Alternativamente, conforme opção dos Sindicatos:
  - 2.1. Ou a atualização das tabelas salariais pela taxa de inflação registada em 2015 (0,5%);
  - 2.2. Ou a compensação dos valores das anuidades não vencidas no período de 2011 a 2015 e não atribuídas nos termos do processo faseado referido no ponto 1., através de uma prestação anual única de montante igual ao valor de 14 anuidades, durante o período necessário para a compensação integral, no máximo de 10 anos.

Juntam-se, para V/ ponderação e análise, projetos de Memorando para formalização mais detalhada das alternativas propostas.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 7 de Junho de 2016



Victor Vale

**Diretor de Recursos Humanos do Grupo TAP**

**Memorando de Entendimento sobre atualização salarial 2016**  
**Trabalhadores de Terra**

**(Versão para a alternativa 2.1 da carta de resposta)**

A TAP e os Sindicatos subscritores firmam, de boa-fé, o seguinte memorando de entendimento:

Considerando que:

- 1) Os outorgantes reconhecem a justificação de medidas compensatórias de quebras de rendimentos sofridos pelos trabalhadores no período de 2011 a 2015, nomeadamente repondo, para o futuro, as anuidades não vencidas durante esse período, com vista à satisfação das expectativas dos trabalhadores;
- 2) Os outorgantes reconhecem que a medida de reposição deve ser simultaneamente gradual, com vista a melhor acomodar o seu impacto financeiro na operação e na sustentabilidade da empresa, bem como integral, de modo a que, no final do período previsto, seja pago um montante equivalente ao que seria pago caso a reposição fosse imediata;
- 3) As tabelas salariais acordadas em 2010 devem ser atualizadas pela taxa de inflação registada em 2015;

É firmado o seguinte entendimento:

1. A TAP aceita atribuir aos seus trabalhadores de terra uma anuidade adicional, em cada ano, a qual acrescerá à que se vencer nesse ano pelo decurso do tempo, até que os trabalhadores auferam o número de anuidades igual àquele que aufeririam se não tivessem sido sujeitos ao período de afetação remuneratória pelas medidas impostas nas sucessivas LOE (2011 a 2015).
2. A anuidade adicional referida no número anterior será vencida no mês de Janeiro de cada ano, a partir de 2016, inclusive.
3. A TAP aceita, a atualização das tabelas salariais em vigor pela taxa de 0,5% (taxa de inflação registada em 2015), com arredondamento para a unidade de euro imediatamente superior.
4. Os valores atualizados da tabela salarial produzirão efeitos desde 1 de Janeiro de 2016.
5. A TAP e os Sindicatos outorgantes assumem este memorando de entendimento, a formalizar após aprovação do Conselho de Administração, no caso da primeira, e por órgão social competente, se necessário, no caso dos Sindicatos.

Lisboa,      de                      de 2016

Pela TAP

Pelos Sindicatos

## **Memorando de Entendimento sobre atualização salarial 2016 Trabalhadores de Terra**

**(Versão para a alternativa 2.2 da carta de resposta)**

A TAP e os Sindicatos subscritores firmam, de boa-fé, o seguinte memorando de entendimento:

Considerando que:

- 1) Os outorgantes reconhecem a justificação de medidas compensatórias de quebras de rendimentos sofridos pelos trabalhadores no período de 2011 a 2015, nomeadamente repondo, para o futuro, as anuidades não vencidas durante esse período, com vista à satisfação das expectativas dos trabalhadores;
- 2) Os outorgantes reconhecem que a medida de reposição deve ser simultaneamente gradual, com vista a melhor acomodar o seu impacto financeiro na operação e na sustentabilidade da empresa, bem como integral, de modo a que, no final do período previsto, seja pago um montante equivalente ao que seria pago caso a reposição fosse imediata;
- 3) A situação económico-financeira da empresa não possibilita uma revisão geral das tabelas salariais, cumulativa com a reposição das anuidades referida;

É firmado o seguinte entendimento:

1. A TAP aceita atribuir aos seus trabalhadores de terra uma anuidade adicional, em cada ano, a qual acrescerá à que se vencer nesse ano pelo decurso do tempo, até que os trabalhadores auferam o número de anuidades igual àquele que aufeririam se não tivessem sido sujeitos ao período de afetação remuneratória pelas medidas impostas nas sucessivas LOE.
2. A anuidade adicional referida no número anterior será vencida no mês de Janeiro de cada ano, a partir de 2016, inclusive.
3. A TAP aceita, ainda, assumir, em cada um dos anos referidos nos números anteriores, a obrigação de garantir aos seus trabalhadores de terra os montantes das anuidades que, em cada desses anos, não sejam atribuídas em virtude do período de reposicionamento faseado acordado.
4. O pagamento dos montantes previstos no número anterior será efetuado mediante um processamento anual único, no montante de 14 unidades do valor mensal da anuidade auferida pelo trabalhador no momento em que o pagamento tiver lugar, a vencer-se em Dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro em 2016 e decorrendo em anos sucessivos até que se perfaça o pagamento integral do montante garantido.

5. Os momentos da constituição da obrigação assumida pela TAP, nos termos previstos no ponto 3, e o regime de pagamento estabelecido no ponto anterior serão regidos pelas tabelas que constam do ANEXO A, que constitui parte integrante do presente memorando de entendimento.
6. A TAP e os Sindicatos outorgantes assumem este memorando de entendimento, a formalizar após aprovação do Conselho de Administração, no caso da primeira, e por órgão social competente, se necessário, no caso dos Sindicatos.

Lisboa,        de                de 2016

Pela TAP

Pelos Sindicatos

## ANEXO A

### Trabalhadores com 5 anuidades a restabelecer

Ano	Anuidades não pagas em cada mês	Anuidades não pagas no decurso do ano	Pagamento anual em Dezembro	Anuidades por pagar após o final do ano
2016	4	56	14	42
2017	3	42	14	70
2018	2	28	14	84
2019	1	14	14	84
2020	0	0	14	70
2021	0	0	14	56
2022	0	0	14	42
2023	0	0	14	28
2024	0	0	14	14
2025	0	0	14	0
Total	10	140	140	

10 pagamentos anuais de 14 unidades do valor mensal da anuidade auferido pelo trabalhador no momento em que o pagamento ocorre, a pagar em Dezembro de cada ano com início em 2016.

### Trabalhadores com 4 anuidades a restabelecer

Ano	Anuidades não pagas em cada mês	Anuidades não pagas no decurso do ano	Pagamento anual em Dezembro	Anuidades por pagar após o final do ano
2016	3	42	14	28
2017	2	28	14	42
2018	1	14	14	42
2019	0	0	14	28
2020	0	0	14	14
2021	0	0	14	0
Total	6	84	84	

6 pagamentos anuais de 14 unidades do valor mensal da anuidade auferido pelo trabalhador no momento em que o pagamento ocorre, a pagar em Dezembro de cada ano com início em 2016.

### Tripulantes com 3 anuidades a restabelecer

Ano	Anuidades não pagas em cada mês	Anuidades não pagas no decurso do ano	Pagamento anual em Dezembro	Anuidades por pagar após o final do ano
2016	2	28	14	14
2017	1	14	14	14
2018	0	0	14	0
Total	3	42	42	28

3 pagamentos anuais de 14 unidades do valor mensal da anuidade auferido pelo trabalhador no momento em que o pagamento ocorre, a pagar em Dezembro de cada ano com início em 2016.

### Tripulantes com 2 anuidades a restabelecer

Ano	Anuidades não pagas em cada mês	Anuidades não pagas no decurso do ano	Pagamento anual em Dezembro	Anuidades por pagar após o final do ano
2016	1	14	14	0
Total	1	14	14	0

1 pagamento de 14 unidades do valor mensal da anuidade auferido pelo trabalhador no momento em que o pagamento ocorre, a pagar em Dezembro de 2016.